Por que o setor bélico estadunidense tende a agravar os problemas da economia?

Gilson Dantas

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB)

Por que o setor bélico estadunidense tende a agravar os problemas da economia?

O tamanho desproporcional alcançado pelo setor bélico nos Estados Unidos – baseado nos igualmente bilionários gastos militares – será analisado neste artigo na condição de elemento inseparável da crise atual do capital. A análise focalizará o setor bélico como um problema, ou seja, como gerador de contradição e elemento que tende a tornar a crise muito mais profunda e explosiva. Pensadores marxistas como Louis Gill e outros são referências neste debate.

Palavras-chave: militarismo, economia armamentista, Estados Unidos.

Why the American military branch of the economy tends to aggravate the economic problems?

The huge disproportioned size reached by the military sector in the United States – based on the equally billionaire military expenditure – will be analyzed in this article as an element of the contemporaneous crisis of capital. The analysis will focus in the military sector as a problem, i.e., as a source of contradictions and an element that tends to make the crisis much deeper and explosive. Marxist thinkers such as Louis Gill and others are references to this paper.

Keywords: militarism, military economy, United States

Oficialmente é muito difícil tomar conhecimento do verdadeiro montante orçamentário que os norte-americanos gastam em armas. Para o governo dos Estados Unidos o orçamento bélico oscila em torno de US$ 700 bilhões para o ano fiscal de 2008. Mas há quem calcule em US$ 1,1 trilhão os gastos para 2008 (Johnson, 2008), somadas outras despesas militares, como aquelas alocadas no Departamento de Energia (mísseis nucleares), assistência militar estrangeira, gastos com veteranos de guerra (incluindo aposentadoria), atividades paramilitares do FBI, setor aeroespacial, juros com dívidas militares do passado e outras. São gastos astronômicos que representam, nominalmente, o maior orçamento militar desde a Segunda Guerra. Os dez países que mais gastam em armas no mundo, somados, não chegam perto do orçamento dos Estados Unidos.

Para além dos críticos humanitários, aos quais o capitalismo por sua natureza não é sensível, têm se avolumado crescentes reclamações de setores políticos norte-americanos não-hegemônicos no sentido de que os gastos militares, quaisquer que sejam suas vantagens[1], estão se tornando um fardo muito pesado para a economia norte-americana.

Autores como Johnson chegam a falar que "a devoção ao keynesianimo militar é um forma de lento suicídio econômico" (idem). Ou que "a maioria dos modelos econômicos mostra que os gastos militares desviam recursos da esfera do seu uso produtivo – como consumo e investimentos – e, em última instância, desaceleram o crescimento econômico e reduzem emprego" (idem). Também há quem argumente que a infra-estrutura produtiva dos Estados Uni-

1 Sobre as virtudes do setor bélico para o capitalismo ver Dantas (2006).

dos está em pedaços, o que inclui portos, estradas, aeroportos, telefonia etc, e que os cortes orçamentários têm atingido todos os itens da economia menos segurança e guerra.

Há quem associe gastos militares com a figura do governo W. Bush, esquecendo que o envolvimento militar dos Estados Unidos atravessou todos os governos, de perfil democrata ou republicano e que foi o democrata Bill Clinton quem bombardeou a Europa (guerra da Iugoslávia 1999), assim como John Kennedy invadiu Cuba. Nenhum presidente, na democracia plutocrática estadunidense, pode ser eleito contra o Complexo Industrial-Militar.

Constroem-se ilusões em relação a Barak Obama, de uma forma tal que se deixa de perceber que, na grave crise econômica atual, que ameaça assumir proporções que não se via há 70 anos, uma das formas mais rápidas e colossais de saneamento e destruição de capitais vem a ser justamente a economia de guerra (o militarismo) e que, em outras circunstância políticas, foi o próprio democrata Franklin Delano Roosevelt quem utilizou os gastos militares para arrancar os Estados Unidos da Grande Depressão.

Neste artigo pretende-se examinar, do ponto de vista teórico, os problemas que a desproporção nas despesas militares traz à economia capitalista norte-americana. Serão abstraídas ao longo desta análise, as condições políticas, sobretudo de ação política revolucionária dos trabalhadores (mas registrando, de antemão que este é, inegavelmente, o fator historicamente decisivo para reverter não só o militarismo, mas abolir seu substrato capitalista), em favor de um foco centrado na esfera econômica. E dentro desta, será dada ênfase ao peso da economia militarista como elemento de negatividade, para o capital (do ponto de vista da economia capitalista com um todo).

O foco serão alguns elementos e processos que a economia do armamentismo permanente agrava e tensiona ao tornar-se parte

"funcional" da economia do capitalismo imperialista. Será examinado o caráter contraditório da economia armamentista e sua incapacidade em funcionar satisfatoriamente para o sistema como contra-tendência à sua crise, às travas que a própria acumulação do capital impõe ao desenvolvimento do capital.[2]

Problemas econômicos do setor bélico

Uma primeira consideração a respeito dos problemas econômicos que um setor bélico hipertrofiado como o norte-americano acarreta para o sistema capitalista tem a ver com o peso desproporcional alcançado pela dívida pública. A dívida pública, que apenas se aproximava dos 40 bilhões na época da Grande Depressão, pulou para US$ 270 bilhões no final da Segunda Guerra. Não mais parou de crescer na era da Guerra Fria e mais ainda nestes tempos de "guerra contra o terrorismo". Em 2007 a dívida bruta norte-americana já andava pelos US$ 9 trilhões (em relação a um PIB de US$ 13,8 trilhões!).

Quando se pensa em gigantismo da dívida pública dos Estados Unidos estamos, de uma ou de outra forma, no campo do financiamento de um setor bélico que alcançou proporções inéditas, baseado nos gastos militares do governo. Gasto público em armas e dívida pública (nas dimensões da atual) são processos mediados e diretamente dependentes da receita do Estado.

De forma simplificada, esse mecanismo tem a ver com o fato econômico de que o governo não tem receita própria – como regra geral – a não ser aquela que vem dos impostos. E, uma vez que aquela receita pública não acompanha o desproporcional gasto em armas por mais que se aumente a carga tributária (o que tem seus limites estruturais), a grande opção para incrementar os gastos bé-

2 As pesquisas e argumentos de L. Gill foram importantes como referência teórica neste artigo.

licos norte-americanos tem sido o endividamento público através das obrigações e títulos do tesouro.

A renda que o Estado tem para gastar – no caso, com *defesa* – deriva, em última instância, dos impostos sobre o setor produtivo ou produtor de mercadorias correntes (bens de consumo e bens de produção), ou seja, é fruto de renda do trabalho e de lucros, atuais ou futuros.

> As rendas de juros que o Estado oferece aos empréstimos que ele contrata junto à população para financiar suas despesas improdutivas, quaisquer que elas sejam, não provêm de um capital que tenha frutificado, mas de *novos impostos lançados sobre aquela população ou de novos empréstimos tomados junto a ela*. (Gill, 1996, p. 683).

A outra face da economia destrutiva passa a ser, então, a "economia da dívida", o que remete a questão para a esfera do parasitismo, também por conta de sua contraface, a carga tributária sobre o conjunto do setor privado. Portanto, este é o primeiro grande problema: a fonte essencial e inevitável da receita para os gastos públicos em armas tem a ver com maior carga tributária (novos empréstimos tornam-se mais carga tributária). Das duas formas, haverá uma determinada transferência de renda do setor privado (e não militar) da economia para o grande capital ligado à economia bélica.

A partir daqui e dentro dessa dinâmica, será crucial que se examine a origem dos impostos: sobre qual setor o Estado vai executar a subtração de renda? Há duas possibilidades. O imposto pode incidir sobre o trabalho ou sobre o capital. Caso se trate de impostos sobre a massa salarial, o capital sairá ganhando; esse imposto terá o significado de uma redução salarial. E se, por hipótese, a fonte dos impostos fosse *apenas* a massa salarial, e essa receita de impostos fosse repassada para os capitalistas, haveria somente

uma transferência de renda do trabalho para o capital através do Estado, haveria ganho líquido para a acumulação privada.

Sabemos que na realidade não é apenas isso que ocorre. É certo que os impostos sobre os salários são enormes, crescentes e constituem um colossal fardo sobre a classe trabalhadora. Mas também sabemos que o Estado não recolhe impostos apenas sobre os salários. Ora, todo imposto sobre os lucros, que se torne, portanto, receita pública e que venha a ser gasto com a compra de armas em grande escala é gasto a fundo perdido e constitui uma extração sobre a massa de riquezas. E sobre certa esfera do capital.

Transferência de renda

As despesas públicas funcionarão, nesse caso, como transferência de renda de um setor da economia para as empreiteiras a quem o Estado compra produção bélica (e obviamente para o capital financeiro a quem o Estado toma emprestado e que também, por outro lado, tem peso determinante dentro do setor bélico-industrial). Ora, esse mecanismo não melhora a situação do capitalismo do ponto de vista do lucro global, já que, deste ângulo, não representaria ganho líquido para o capital tomado de conjunto e, portanto, a acumulação do capital sairia perdendo. Por que? Porque se trata, no caso, de transferência de mais-valia recolhida do setor privado, produtor de mercadorias como bens de consumo e de capital, e que não volta para aquele setor, ou seja, será renda transferida.

Do ponto de vista da totalidade do capital social, do ponto de vista da reprodução material do capitalismo, está sendo *queimada* uma renda que se bem que gere demanda de consumo é renda que não se converte em ativo produtivo.[3] As armas, considerando-se o gigantismo e a sofisticação do setor bélico, não são consumidas

3 E, nesta medida, há efeito inflacionário.

pela classe trabalhadora, não ajudam (ao serem consumidas) a ampliar a riqueza social.

> A destruição adquire aqui, sub-repticiamente, a aparência exterior de enriquecimento. O meio utilizado para ajudar a resolver os problemas de acumulação – ou seja, as despesas militares –, leva o problema a um outro nível, aquele da *extração crescente a ser efetuada sobre o consumo e a acumulação privados para financiar aquelas despesas. Mesmo se beneficiando dos efeitos de impulso das despesas militares, o setor privado não pode deixar de sentir o peso que seu financiamento terá sobre ele.* Alguns dos seus membros apelam pela moderação do seu ritmo de expansão, vendo a dívida militar como tendo a responsabilidade por uma parte significativa da dívida pública, cujo tamanho é tomado como o bode expiatório de todos os problemas e cuja redução torna-se objetivo prioritário dos governos. (Gill, 1996, p. 663, grifo nosso).[4]

As despesas públicas jogam, portanto – e em termos de sistema do capital – um papel contraditório: terminam se constituindo, no longo prazo, em um fardo para aquela acumulação do capital que elas aparecem promovendo. Uma primeira razão foi citada: o capital não bélico é puncionado na condição última de "financiador" do gasto militar.[5] É nesse sentido que as despesas militares são parasitárias: sua condição de impulso inclui uma punção sobre a economia não-bélica, o que nos remete para a tensão entre a economia dos *canhões* e a da *manteiga*.

---

4 Estes setores que reclamam da expansão bélica, na nossa ótica, não são os decisivos; na perspectiva do capital tomado de conjunto, esse imenso crédito bélico-industrial é um necessidade para um sistema que não controla sua reiterada tendência estagnacionista na produção em geral (baixa taxa de crescimento da acumulação do capital frente à rentabilidade).

5 Estamos omitindo aqui a punção sobre os salários já que esta, do ponto de vista do conjunto do capital, não lhe afeta desfavoravelmente.

Despesas militares: o fardo

Todo esse processo inclui um outro complicador: a mediação do capital fictício.[6] Estamos nos referindo aqui, mais especificamente, à montanha de capital fictício gerada pelo Estado como parte daquela dinâmica que resulta na produção bélica. O mecanismo: já foi mencionada a relação entre gastos deficitários do governo – em armas – e endividamento público. Ora, o que vai ocorrer, como parte dessa dinâmica, é que determinada quantidade de capital continuará circulando *sem* corresponder a qualquer massa de riqueza real criada, sem reproduzir o capital social, a riqueza material, seja em forma de bens de consumo seja de bens de produção.

Ativos financeiros sem contra-partida real: eis a riqueza se tornando mais fictícia do que real. Teremos um capital fictício que irá inflando na mesma medida em que o capital produtivo estará sendo comprometido com a produção militar ou *desviado* da produção não-bélica. Certamente nem toda dívida pública tem como motivação os gastos militares,[7] mas grande parte dela tem essa explicação e, qualquer que seja a origem do endividamento estatal, representará, em boa medida, o já citado fardo para o se-

---

6 Exemplo de capital fictício em Marx: a dívida pública. Mesmo que para os credores do Estado apareça como se o Estado estivesse pagando "juros" por um capital tomado emprestado, "o capital" em questão é puramente fictício. Por um lado, a fonte dos juros que o Estado paga aos credores é renda de impostos recebidos pelo Estado. Por outro, as somas emprestadas ao Estado não são investidas "como capital", mas gastas "como renda". São "devoradas", gastas pelo Estado, e a dívida pública ganha o perfil, na verdade, de capital fictício. Já outros títulos privados, como ações, só são capital fictício em parte, quando não correspondam à renda real da empresa, quando ganham valor especulativo, de mercado (Gill, 1996, p. 622).

7 Um exemplo: em 1972, o Comitê Econômico do Congresso Nacional dos Estados Unidos estimou que 75% da dívida nacional foi criada pelos gastos militares da II Guerra Mundial, Guerra da Coréia e Guerra do Vietnã. Já um levantamento do *Friends Committee on National Legislation* (organização que faz *lobby* no Congresso dos Estados Unidos contra gastos militares) estimou a parcela militar da dívida nacional em 1999 como sendo de 51,4%, ou seja, 2,9 trilhões de dólares em uma divida total de 5,6 trilhões (Gomes, 2003, p. 3-8).

tor produtivo (os juros da dívida *militar* são gastos que segundo aquele mecanismo, subtraem mais-valia de um setor da economia para o outro).[8]

Aquela despesa pública é assumida pelo Estado através de dois movimentos: numa ponta estão seus procedimentos para cobrir gastos militares deficitários (que a receita orçamentária não cobre) e na outra – pela emissão de papéis do governo a juros altos – as medidas para tentar tirar de circulação parte do capital fictício que o governo pôs em circulação através daqueles empréstimos. Neste caso, na tentativa de atenuar a inflação gerada por aqueles gastos públicos.

Ou seja, o Estado gastador gera inflação e, em seguida, tenta impedir que aquela alcance níveis intoleráveis e, para isso, se lança a gastar mais uma vez (com juros) para "enxugar" parte do capital fictício. A montanha de capital fictício não para de crescer e é dessa forma que a economia armamentista tem ligação direta com a financeirização da economia e o endividamento público. Tais despesas públicas – e seus juros altos – também encarecem os custos do setor *não* bélico. Se o pano de fundo for uma economia produtiva em recessão – ou com dificuldade para crescer e frequente tendência à estagnação, caso da economia mundial desde os anos 1970 – não há como atenuar aquele fardo.

Em suma, o endividamento público global funciona através de uma dinâmica onde termina impactando progressivamente o setor não militar, como um freio relativo ao seu crescimento inclusive, mas não apenas pelo citado mecanismo de tornar mais caro

8 Na Segunda Guerra Mundial, a expansão aceleradíssima do setor bélico – em plena economia de guerra – se deu em cima de dívida pública sem precedentes e de uma contração violenta do setor produtor de mercadorias *normais*, de um achatamento violento no consumo de massa que chegou, em alguns itens, ao racionamento; e em meio a um "esforço de guerra" que incluiu, entre outras coisas, impostos permanentes de guerra que – no limite – foram canalizados para os grandes monopólios bélicos, alimentaram o capital engajado na produção militar.

o crédito para os setores privados não-bélicos e pela ampliação da carga de impostos (e comprometimento de orçamento futuro).[9]

É um fato, já mencionado, que os gastos militares são inflacionários e, como já foi dito, o governo opera todo o tempo para limitar esse efeito inflacionário. E é certo que uma inflação, dentro de certos limites, equivale a lucros para o setor privado (já que, como os salários não acompanham a inflação, esta corresponde a um achatamento salarial e daí a burguesia não vinculada ao setor militar também extrai maior massa de mais-valia). Mas a questão é que este ganho tem limites e termina perdendo, no longo prazo e na economia em recessão, para aquele outro mecanismo, o da carga tributária do governo que incide sobre lucros privados para cobrir seus juros da dívida pública estatal. Se esta analise estiver correta, pode-se considerar o gasto militar um estimulante de *natureza e efeitos parasitários* que irá ampliar a montanha de capital fictício e promoverá subtração de riquezas, e transferência de mais-valia para os setores bélico-financeiros.

Em síntese, e considerando que a produção bélica não significa, tomada em si mesma, ampliação da produção de meios de produção e bens de consumo, sua acumulação se fará às expensas da acumulação nestes dois setores que, nesse caso, alimentarão em meios de produção e em bens de consumo ao setor bélico, sendo que a produção bélica não pode ser comprada por nenhum dos três setores. Ela é comprada pelo Estado e sai do ciclo de reprodução do capital social. Aqui é essencial lembrar mais um desdobramento deste processo: por esta via, parte da produção global se converte continuamente em forças destrutivas.

---

9 Por que o endividamento privado não funciona da mesma forma? Porque é da natureza do endividamento privado apoiar-se em ativos remuneradores que "se pagam por si mesmos", se autofinanciam com os lucros da atividade que efetuaram.

Efeitos colaterais do elixir bélico

O gasto público desproporcional com o armamentismo implica na óbvia destruição de riqueza real (forças produtivas que deixam de ser empregadas na reprodução material da sociedade), resultando, por uma parte, na rápida acumulação nos setores do grande capital que estão engajados na produção de armas, e por outra "retirando" capitais da produção de mercadorias correntes.

O esgotamento do *boom* das primeiras décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial e a crise recessiva que se arrasta desde os anos 1970 se relacionam com esse processo no seguinte sentido: a crise capitalista instalada no começo dos anos 1970 encontrou como uma das respostas do sistema (contra-tendência) precisamente o "desvio" de capitais da produção para o setor bélico, mas, ao mesmo tempo, foi, também, contraditoriamente agravada por estes gastos colossais que continuaram se desenvolvendo de lá para cá.

Pode-se dizer, neste caso, que o estímulo bélico já não funciona como antes, seja porque ele acumulou violentas contradições na economia, seja, em especial, pela dinâmica de uma economia incapaz de superar sua forte tendência à estagnação econômica (processo indissolúvel da dinâmica que levou ao peso desproporcional que o *PIB bélico* norte-americano assumiu) e que não encontrou as condições políticas para "resolver" a grave crise (ou padrão de crise e equilíbrio instável) desde os anos 1970. A crise, desde então, não pôde ser suficientemente destrutiva para permitir ao grande capital reencontrar sua taxa de lucro. Daí também a magnitude da crise dos nossos dias. Nessa medida, a própria eleição de Barak Obama, mais que solução é *retrato* do tamanho da crise econômica e total a que o capitalismo chegou, assim como do esgotamento político do governo W. Bush.

E sempre há de se levar em conta que, mesmo quando o chamado estímulo bélico ainda funciona *virtuosamente* para o sistema, continua operando como mecanismo parasitário. Cautela, portanto,

com a afirmação de que os gastos militares colossais sejam apenas um estímulo, *em si mesmos*, para a economia capitalista: por sua natureza, serão gastos públicos eminentemente parasitários, na mesma dinâmica em que funcionam como estímulo ("mercado de substituição"; destruição crônica de forças produtivas etc.) à economia capitalista.

Retomando a questão: os gastos militares só representarão estímulo, em si mesmos, para a acumulação do capital, para a economia capitalista, na mesma medida em que permitirem a criação de condições favoráveis para a acumulação do capital total – rentabilidade para o capital industrial, por exemplo – e, portanto, na proporção em que o grande capital industrial, amparado nas novas condições, apoiado no efeito estimulante da taxa de lucro artificialmente garantida pelo Estado, se lance (se politicamente tiver condições) a aprofundar a extração de mais-valia, a elevar sua lucratividade a taxas de acumulação satisfatórias; vale dizer, possa reencontrar a taxa média de lucro depois de atravessar uma crise saneadora dos capitais menos eficientes e destruidora de forças produtivas em grande escala.

O militarismo norte-americano, em parte, vem buscando criar essas condições para uma mais brutal extração mundial de mais-valia pelo grande capital em tendência recessiva, mas militarmente hegemônico (evidentemente, para ser "bem-sucedido", precisa, *antes de mais nada,* contar com a contra-revolução e/ou com calmaria e aceitação social).

Reiterando o argumento: de toda forma – numa economia em recessão, o efeito "multiplicador" ou de "mercado de substituição" dos gastos militares não tem qualquer poder mágico:

> *A única atividade geradora de um lucro global ampliado é aquela que provém do deslanche de investimentos privados, da criação de novas capacidades produtivas cujos produtos são destinados não para o consumo público não rentável, mas para o consumo privado rentável.* Aqui se en-

> contra a espinha dorsal da atividade no regime capitalista e o objetivo último da política keynesiana é precisamente o de chegar, pela intervenção estatal, a restabelecer as condições necessárias à rentabilidade privada (Gill, 1996, p. 678).

Desde que se leve em conta, é essencial destacar, que no keynesianismo, os gastos públicos (como na Grande Depressão dos anos 1930) não servem como resposta à tendência recessiva, à estagnação, se a economia privada não dá uma arrancada através de taxas de lucros recuperadas (o que passa, nunca será demasiado repetir, por *limpeza* e destruição de forças produtivas e aumento da taxa de exploração do trabalho).

Com este argumento se pretende chamar a atenção para o dado essencial no momento em que se pensa a economia capitalista para além das considerações conjunturais de políticas estatais de estímulo ou de reforço macroeconômico (keynesianismo *civil* ou *militar*): o restabelecimento da rentabilidade para os investimentos privados precisa ser procurado, antes de mais nada, na esfera da exploração da força de trabalho. Ou seja, na espoliação da força de trabalho, nas condições de trabalho expressas, por exemplo, em medidas de "flexibilização", de extensão da jornada de trabalho e do trabalho ocasional, na destruição das especialidades e introdução de polivalência, salário de fome (China, América Latina) e assim por diante.

O pressuposto inevitável: o capital precisa de condições políticas para reproduzir-se, para aumentar a taxa de extração de mais-valia e valorizar-se. Esta é a questão crucial no mundo da economia capitalista.[10] As décadas neoliberais foram um esforço do grande

---

10 Em outras palavras, sempre vale lembrar que o trabalho é a fonte de toda riqueza social. A expansão colossal do capital fictício não anula essa conclusão, ao contrário, "a força de trabalho e o ciclo produtivo estão, cada vez mais, em movimento para satisfazer às exigências do capital portador de juros", como nos recorda François Chesnais (1998, p. 170), cujas análises sobre o tema são importantes, desde que se leve em conta, criticamente, sua visão excessivamente "financista" da crise capitalista, que ganhou

capital nessa direção e que ainda contou com o novo espaço aberto ao capital, nos anos 1990, pela queda do Muro de Berlim.

Existe aqui um argumento de Campos que merece ser lembrado: numa economia com tendência à estagnação (condição alcançada pelo capitalismo a certa altura do século XX), se o grande capital continuasse a ser empregado na produção de meios de consumo, esta dinâmica iria liquidar a escassez, o mercado e o lucro, provocando a deflação e a bancarrota (Campos, 2001, p. 113). O desvio de grande massa de capital constante para o setor bélico-destrutivo, em boa medida retardou e contrarrestou aquela tendência estrutural do sistema à estagnação,[11] ao ocupar setores da indústria pesada, química e eletrônica com a produção bélica. Se estivessem na produção não-bélica, a taxa média de lucro cairia mais rápido.[12]

É certo que a natureza parasitária que o estímulo ou *elixir* bélico carrega no seu bojo, tem a ver com sua tendência a ampliar os circuitos de valorização fictícia do capital e a subtrair riqueza real da sociedade, funcionando como se fosse "falso custo" da produção capitalista (Gill, 1996, p. 653), só que, por outro lado, o setor bélico *não* tem o pleno efeito saneador da crise capitalista convencional. Esta destrói valor (retira riqueza de circulação) e *também* capital fictício.

Nesse caso, da economia do armamentismo permanente, se pode constatar um impasse ou limite (dinâmico) do sistema como um todo. Ao carregar no seu bojo a economia armamentista, o sistema revela, através deste e de outros aspectos, a profundidade da sua crise, qualitativamente nova, que tem se manifestado numa

---

mais peso como o passar dos anos, conforme demonstrado por Klagsbrunn (2008).

11 Ver também Mészàros quando se refere à "produção para a destruição" (2002, p. 187) e o argumento de Ellen Wood (2003, p. 124).

12 Historicamente, a taxa média de lucro tende à queda pelo constante aumento da tecnificação industrial (aumento da composição orgânica do capital) e este processo é inerente ao capitalismo. No entanto, ocupar *parte* das forças produtivas com a destruição (com mercadorias que não entram no mercado corrente) funciona, parcialmente, como contratendência à queda da taxa média de lucro.

tendência estagnacionista que se tornou crônica, especialmente desde a crise instalada nos anos 1970,[13] e não superada desde então, quando se sucederam várias crises, culminando com a atual.

Nesse caso, tendência à estagnação ou putrefação não significa não-crescimento eventual, mas sim que qualquer crescimento relevante será portador de uma desigualdade crescente entre o setor "destrutivo" e o "produtivo" da economia capitalista, entre o desperdício e a produção, entre o setor bélico e não bélico da produção,[14] entre regiões e países além de elementos de aberto parasitismo e dissipação.

Um setor – ou um país, caso dos Estados Unidos – pode vir a crescer rapidamente, como uma *bolha*, assim como pode, eventualmente, ocorrer uma recuperação do conjunto do sistema, mas em um processo no qual a desigualdade entre os departamentos ou grandes setores da economia se avoluma e o setor da produção destrutiva e dissipatória se sobressai sobre os demais. E as bases de valorização do capital em seu conjunto e de *realização* das mercadorias tornam-se mais estreitas (Chingo, 2008).

De uma maneira geral, a tendência à estagnação aparecerá artificialmente maquiada, já que a destruição de forças produtivas e o parasitismo de uma maneira geral, tomam, em parte, a forma de crescimento industrial: o *PIB bélico* fica encoberto e mascarado pelos indicadores do PIB em geral.

---

13 Tendência histórica já manifesta na década de 1930, da Grande Depressão.

14 Os gastos do governo na compra desproporcional de armas – essa grande dissipação – mal conseguem encobrir o custo social elevadíssimo que o capitalismo cobra pela sua simples existência, já que "correspondem, simultaneamente, à redução da taxa de expansão das forças produtivas e ao aumento relativo da capacidade de consumo de mercadorias" (Campos, 2001, p. 214).

Economia da morte

Para resumir o que foi dito até aqui, se é certo que a economia armamentista pode, em certa medida, criar condições para a acumulação do capital, por outro lado, a expansão do setor bélico – cuja natureza é, de toda forma, parasitária – não tem os mesmos efeitos numa economia que recorrentemente tende à recessão (caso das últimas décadas). O setor bélico, nas proporções *atuais* e em uma economia em recessão não tem como aquecer a economia.

Ou seja, precisaria assumir proporções ainda maiores, com a destruição assumindo patamares muitíssimo elevados. Os gastos militares atuais não correspondem – como no militarismo de Hitler – a um volume de produção expandido na escala que assumiria numa guerra em padrões convencionais e em grandes proporções, onde a demanda de produção militar seria de porte colossal (economia de guerra). O imperialismo estadunidense ainda não encontrou as condições políticas para marchar nesse rumo.

De toda forma, não se pode imaginar que os povos do mundo inteiro ficarão passivos diante dessa reafirmação da barbárie militar, econômica e ambiental norte-americana.

> Sob qualquer avaliação objetiva, os Estados Unidos se tornaram a nação mais destrutiva da Terra. Assassinam e aterrorizam mais povos no planeta do que qualquer outra nação desde a Segunda Guerra Mundial. Seu poder de destruição é ilimitado, armado como está de todas as armas concebíveis (Foster, 2003).

Este dado pode nos levar à observação final de que o processo de conversão de forças produtivas em forças destrutivas como forma de incorporar o aspecto destrutivo da crise ao funcionamento *normal* do sistema, na verdade, é muito mais um testemunho da falta de solução e da senilidade de um sistema, do que uma solução. Assume mais a linha de uma tendência crônica à estagnação, mal

disfarçada por crescimento aqui ou ali, num momento ou em outro. "Crescimento" este que assumiu um caráter inequivocamente dependente daquela dinâmica sinistra do capitalismo da era atômica: a da expansão das forças destrutivas. A revolução social contra esta ordem – fundada na classe trabalhadora e no confisco do grande capital bélico e não-bélico – é a única resposta possível.

Referências bibliográficas

Campos, Lauro. *A crise completa:* a economia política do não. São Paulo: Boitempo, 2001.

Chesnais, François. *A mundialização financeira:* gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998,

Chingo, Juan. Crise e contradições do "capitalismo do século XXI". *Estratégia Internacional-Brasil*, São Paulo, n. 3, p. 75-144, maio 2008.

Dantas, Gilson. O setor bélico: por que ele se instalou no coração da economia estadunidense? *Outubro*, São Paulo, n. 14, p. 171-192, 2006.

Foster, Bellamy. "*Império" e imperialismo.* 9 dez. 2003. Disponível em: <www.rebelion.org>. Acesso em 10 out. 2004.

Gil, Louis. *L´economie capitaliste: une analyse marxiste*. Montreal: Presses Socialistes Internationalistes, 1979.

_____. *Fondements et limites du capitalism*, Montreal: Boréal Express, 1996.

Gomes, José Menezes. *Retrospectiva da economia dos Estados Unidos no século XX*. In Coggiola, Osvaldo. Dinâmica da economia mundial contemporânea, São Paulo: Edusp, 2003, p. 9-26.

Johnson, Chalmers. *The economic disaster that is military keynesianismo*. 2008. Disponível em: <http://modediplo.com/2008/02/05military>. Acesso em: 10 out. 2008.

Klabsbrunn, Victor Hugo. Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação predominantemente financeira. *Margem Es*querda, São Paulo, n. 27, p. 27-40, 2008.

Mészáros, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

Wood, Ellen. *Democracia contra capitalismo*: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.